



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**ANEXO I DO EDITAL  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo – fixo e fixo – móvel) na modalidade local; e Serviço de Banda Larga - ADSL, a serem executados de forma contínua, visando atender as demandas das unidades da Polícia Federal vinculadas à Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** O objeto do presente Termo de Referência é composto por itens organizados em grupos para cotação e lances, que serão ofertados por preço anual do item, mas será considerado para fins de classificação o menor valor global do grupo.

**DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS ITENS**

GRUPO	ITENS	DETALHES TÉCNICOS
I	1	Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Unidade da PF no Estado do Pará para telefones fixos nesta mesma área.
	2	Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Unidade da PF no Estado do Pará para telefones móveis nesta mesma área.
	3	Assinatura mensal de linha fixa comutada. Deve ser incluso nos custos da assinatura o serviço de identificação de chamadas (BINA).
	4	Serviço de instalação do item 3. O preço da instalação é cobrado somente na primeira fatura, única vez.
II	5	Serviço não dedicado de conexão à Internet, na modalidade internet banda larga (tecnologia ADSL), com velocidade de conexão de 10 Mbps ou na maior disponível – quando da justificada impossibilidade de fornecimento de serviço no local nesta velocidade. A qualidade do serviço deve observar a cartilha da Anatel disponível no endereço eletrônico: <a href="http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documentoVersionado.asp?numeroPublicacao=291474&amp;documentoPath=&amp;Pub=&amp;URL=/Portal/verificaDocumentos/documento.asp">http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documentoVersionado.asp?numeroPublicacao=291474&amp;documentoPath=&amp;Pub=&amp;URL=/Portal/verificaDocumentos/documento.asp</a>
	6	Serviço de instalação do item 5. O preço da instalação é cobrado somente na primeira fatura, única vez.
	7	Serviço Telefônico Fixo-Fixo na modalidade Local, assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Unidade da PF no Estado do Pará para telefones fixos nesta mesma área.
	8	Serviço Telefônico Fixo-Móvel na modalidade Local (VC1), assim entendidas as ligações oriundas da Área Local em que está compreendida a Unidade da PF no Estado do Pará para telefones móveis nesta mesma área.
	9	Assinatura mensal de linha fixa comutada. Deve ser incluso nos custos da assinatura o serviço de identificação de chamadas (BINA).
	10	Serviço de instalação do item 9. O preço da instalação é cobrado somente na primeira fatura, única vez.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**GRUPO 1 – STFC ANALÓGICO NA MODALIDADE LOCAL LINHAS DIRETAS (INDIVIDUAIS)**

GRUPO	ITEM	Quantidade Mensal Estimada de Minutos	Quantidade Anual Estimada de Minutos	Preço Médio Por Minuto (R\$)	Valor Anual Médio Final (R\$)
1	1	200	2.400	0,11	264,00
	2	280	3.360	0,84	2.830,80
	3	Quantidade Assinatura Mensal	Quantidade Assinatura Anual	Preço Médio Mensal por Assinatura (R\$)	Valor Médio Anual Final (R\$)
		5	60	77,83	4.669,80
	4	Quantidade de Instalação do Item 3		Preço Unitário Médio por Instalação do Item 3 (R\$)	Valor Médio Total da Instalação do Item 3 (R\$)
		5		52,74	263,68
	VALOR GLOBAL DO GRUPO 1 (R\$)				8.016,28

**GRUPO 2 – SERVIÇO DE BANDA LARGA – ADSL COM STFC ANALÓGICO NA MODALIDADE LOCAL (LINHA DIRETA INDIVIDUAL)**

GRUPO	ITEM	Quantidade de ADSL		Preço Médio Mensal Por Link (R\$)	Valor Médio Anual Final (R\$)
2	5	15		116,93	21.048,00
	6	Quantidade de Instalação do Item 5		Preço Unitário Médio por Instalação do Item 5 (R\$)	Valor Médio Total da Instalação do Item 5 (R\$)
		15		133,33	2.000,00
	7	Quantidade Mensal Estimada de Minutos	Quantidade Anual Estimada de Minutos	Preço Médio Por Minuto (R\$)	Valor Médio Anual Final (R\$)
		200	2.400	0,11	264,00
	8	200	2.400	0,84	2.022,00
	9	Quantidade	Quantidade	Preço Médio Mensal por	Valor Médio Anual Final



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

		Assinatura Mensal	Assinatura Anual	Assinatura (R\$)	(R\$)
		15	180	77,83	14.009,40
	10	Quantidade de Instalação do Item 9		Preço Unitário Médio por Instalação do Item 9 (R\$)	Valor Médio Total da Instalação do Item 9 (R\$)
		15		52,74	791,05
	VALOR GLOBAL DO GRUPO 2 (R\$)				40.122,45

1.3.As contratações em questão serão realizadas mediante Pregão Eletrônico, conforme o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do qual participam as Unidades da Polícia Federal (PF) no Pará indicadas no ITEM 7 deste Termo de Referência e segundo as quantidades estimadas nas tabelas acima.

1.4.Para fins deste Termo de Referência, lote e grupo são sinônimos.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1.Justificativa quanto ao objeto:

2.1.1. A necessidade da contratação dos serviços de telefonia fixa se faz em virtude da Instituição, ao desenvolver suas atividades rotineiras, demandar um meio de comunicação fácil e rápido, a curta e a longa distância, seja ele fixo ou móvel. Os serviços de telefonia atualmente são imprescindíveis na Administração Pública como instrumento facilitador da comunicação nas atividades do órgão, garantindo aos servidores a maximização de sua produção diária e a obtenção da pretendida eficiência.

2.1.2. A execução dos serviços em tela atenderá às necessidades das Unidades da Polícia Federal (PF) no Estado do Pará no que tange às comunicações telefônicas de servidores e transmissão segura de dados entre as unidades de inteligência e uso comum, sendo essencial ao pleno desempenho das atividades do órgão, auxiliando na execução de Missões Policiais e Atividades Administrativas no Estado do Pará e em todo Território Nacional.

2.1.3. Os serviços de telefonia e correlatos estão relacionados ao uso de tecnologia para implementar a comunicação e transmissão de dados e de informações entre pessoas, entre instituições e, entre pessoas e instituições. Em um mundo globalizado a comunicação ocupa fundamental papel, reduzindo distâncias e conferindo celeridade às interações pessoais e institucionais. Neste contexto, as atividades de segurança pública requerem acesso aos mais sofisticados recursos e soluções tecnológicas disponíveis para realizar com eficiência e em tempo real, seu mister de prevenção e combate às, cada vez mais organizadas, atividades criminosas.

2.1.4. É importante frisar que o contrato atual com empresa especializada em prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo – fixo e fixo – móvel) nas modalidades local, longa distância nacional – LDN e longa distância internacional – LDI não abrange linhas diretas individuais e a parte relativa à internet ADSL deverá ser suprimida em razão da impossibilidade de execução do serviço por parte da prestadora de serviços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**2.2. Justificativa quanto ao processo de contratação:**

**2.2.1.** O Governo Federal, como toda grande organização, tem gastos volumosos com serviços de telefonia e dados nos órgãos e entidades que o compõem. Os crescentes desafios colocados para o governo acabam induzindo o aumento da máquina administrativa e, conseqüentemente, dos gastos com seus serviços.

**2.2.2.** Parte significativa desses dispêndios pode ser reduzida com processos de contratação eficientes, planejados previamente por meio da apuração das necessidades e das demandas de cada órgão da administração.

**2.2.3.** Os serviços de telefonia enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

**2.2.4.** A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

**2.3. Justificativa quanto ao valor estimado:**

**2.3.1.** Foi utilizada a média aritmética para se chegar ao valor médio que será praticado pela Superintendência da Polícia Federal no Estado do Pará, em razão da diferença dos valores encontrados nas pesquisas relacionadas aos mesmos itens, tal procedimento se deu na tentativa de não obter, como resultado deste pregão, itens desertos.

**2.3.2.** A justificativa quanto à utilização do preço médio está calcada no Acórdão 1405/2006 Plenário TCU:

*“Desenvolva métodos mais eficientes para a pesquisa de preços dos bens e serviços a serem adquiridos, possibilitando a obtenção de valores que expressem fidedignamente a média do mercado.”*

**2.4. Justificativa quanto ao agrupamento dos itens e ao não parcelamento por unidade:**

**2.4.1.** Separando os grupos por serviços similares e não por unidades; prioriza-se a especialização de cada empresa no serviço a ser prestado e não a localização geográfica e o endereço onde o serviço será prestado. Leva-se, desta forma, em consideração a similaridade daquilo que será executado e assim a licitante vencedora do item fornecerá serviços e equipamentos similares, interligados e integrados, necessários ao pleno atendimento das exigências editalícias, compondo um sistema de comunicação com equipamentos compatíveis entre si e com transparência de facilidades.

**2.4.2.** Entende-se que o conjunto de serviços a ser contratado no processo em referência, será não a soma das partes, mas um conjunto de serviços num único sistema e que trará em seu bojo vantagens, como: a padronização, compatibilidade de equipamentos e trará como consequência a redução do número de deslocamentos de técnicos entre as diversas unidades para acompanhar e gerenciar a manutenção e funcionamento dos serviços instalados em outras cidades de forma remota e segura.

**2.4.3.** A Justificativa quanto ao não parcelamento dos serviços por unidade está calcada na Lei nº 8.666/93 em seu artigo 23, §1º, e no parágrafo 2º do artigo 8º do Decreto 7.892/2013, reproduzidos a seguir:

*“... §1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. ...”*

**2.4.4.** Artigo 8º do Decreto 7.892/2013 (Regulamentador do Sistema de Registro de Preços):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

*“... Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.*

*§ 1º No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.*

*§ 2º Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização. ...”*

**2.5. Justificativa quanto ao quantitativo estimado de consumo:**

**2.5.1.** Foi realizado o levantamento do consumo dos TRONCOS DIGITAIS e LINHAS INDIVIDUAIS, e com base neste levantamento foi estipulado o valor estimado do consumo para referida contratação. Levou-se em consideração que parte do STFC analógico na modalidade local (LINHAS DIRETAS INDIVIDUAIS) visa atender situações emergenciais e contingências que podem surgir em razão da indisponibilidade dos serviços já contratados e em vigor na SR/PF/PA, utilizando-os como *backup* aos serviços de Entroncamento Digital - Link E1.

**2.6. Justificativas complementares:**

**2.6.1.** O Edital não apresenta serviços com características exclusivas a qualquer Operadora de Telecomunicação; restringindo-se a apresentar as características individuais e próprias para o atendimento das necessidades atuais da Polícia Federal no Pará; características estas individuais e próprias, mas que podem ser atendidas por diversas operadoras, razão pela qual, se entende, permitirão o exercício de concorrência entre as licitantes proporcionando o menor preço à Administração.

**2.6.2.** A contratação destes serviços, em regime continuado, é justificada por sua essencialidade ao bom e pleno desempenho das atividades policiais e administrativas da Polícia Federal em todos os seus pontos de presença no Estado do Pará.

**2.6.3.** Necessidade de preservação dos níveis de segurança da informação que tráfegará pela rede contratada. Entende-se que há exponencial crescimento de vulnerabilidade das informações diretamente relacionado ao aumento do número de redes diferentes pelas quais estas informações tráfegarão. Semelhante entendimento existe quanto ao crescimento exponencial de vulnerabilidade relacionado à quantidade de equipes e empresas diferentes para as quais determinados serviços de instalação e manutenção serão submetidos.

**3. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**3.1.1.** O custo estimado da presente contratação é no valor total de **R\$ 48.162,73 (quarenta e oito mil cento e sessenta e dois e setenta e três centavos)** para um período de 12 (doze) meses.

**3.1.2.** O custo estimado da contratação e os respectivos valores médios foram apurados mediante pesquisas de preços extraídas do sistema **Painel de Preços** do site [comprasgovernamentais.gov.br](http://comprasgovernamentais.gov.br), mantido pelo governo Federal.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** A contratação dos serviços enquadra-se na classificação de serviços comuns, ou seja, aqueles que possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

usuais de mercado, não acarretando nenhum prejuízo à qualidade do referido objeto nem ao interesse público, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

**4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO**

### **5.1. Considerações Gerais**

**5.1.1.** Os Serviços a serem prestados deverão seguir rigorosamente todas as Normas e Regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) bem como todas as outras da Legislação vigente no País na forma da Lei.

**5.1.2.** A execução dos serviços será realizada nas unidades da Polícia Federal no Estado do Pará, conforme quadro do item 7.1 deste Termo de Referência.

**5.1.3.** A execução dos serviços será realizada conforme as quantidades definidas no quadro do item 7.2 deste Termo de Referência.

**5.1.4.** A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame firmará(ão) contratos separados com a SR/PF/PA. A tarifação deverá ser tratada separadamente e única para cada Unidade, segundo cada contrato firmado.

**5.1.5.** O Perfil de Tráfego, contendo as estimativas, é apresentado no quadro do item 7.3 deste Termo de Referência. O perfil indicado, no entanto, não se constitui em qualquer compromisso de consumo.

**5.1.6.** Os preços deverão ser cotados mediante preenchimento da Planilha de Formação de Preços. O proponente deverá cotar todos os itens do Grupo de seu interesse, sendo considerado para fins de classificação o menor valor por Grupo.

### **5.2. STFC na Modalidade Local (Grupos 1 e 2)**

**5.2.1.** O serviço telefônico na modalidade Local compreende a realização de chamadas locais para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nas Linhas Diretas Individuais.

### **5.3. Chamadas para prefixos 0300, 0500, 0900 ou similares (Grupos 1 e 2)**

**5.3.1.** Por padrão, chamadas para telefones com prefixos 0300, 0500, 0900 ou similares deverão ser bloqueadas pela CONTRATADA, podendo ser habilitadas conforme solicitação da CONTRATANTE, sem ônus de qualquer natureza para esta.

### **5.4. Portabilidade (Grupos 1 e 2)**

**5.4.1.** Nos casos em que houver mudança da numeração das linhas diretas individuais atualmente utilizadas, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o serviço de interceptação de chamadas (mensagem informando que o número mudou), sem ônus para a SR/PF/PA.

**5.4.2.** A CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA o serviço de portabilidade dos números de linhas diretas individuais atualmente utilizados, sem ônus para a SR/PF/PA.

### **5.5. Serviço Banda Larga – ADSL (Grupo 2)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**5.5.1.** O serviço de internet banda larga (ADSL) deverá ser fornecido com velocidade de conexão de 10 Mbps ou na maior disponível – quando da justificada impossibilidade de fornecimento de serviço no local nesta velocidade. Neste caso, a CONTRATADA deverá encaminhar documentação atestando a inviabilidade e instalar o serviço na maior velocidade possível.

**5.5.2.** Em nenhuma hipótese será cobrado o consumo do tráfego de download ou upload utilizado. Não haverá limitação de consumo de tráfego para nenhum dos links, dentro do limite de velocidade especificado neste Termo de Referência. Também não será necessária a utilização de provedor de conteúdo, o que exclui a cobrança de qualquer serviço dessa natureza.

**5.5.3.** A taxa de banda mínima disponível para utilização de cada link seguirá as normas da ANATEL sobre o Serviço de Comunicação Multimídia.

**5.5.4.** Todos os equipamentos e a infraestrutura necessária ao fornecimento e perfeito funcionamento do serviço de Internet Banda Larga (inclusive modems) são de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

## 6. DEFINIÇÕES

**6.1.** As seguintes definições relativas ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e aos Serviços de Dados serão consideradas neste Termo de Referência:

**6.1.1. PGO** - Plano Geral de Outorgas estabelece procedimentos visando disciplinar a contratação da prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC a ser executado de forma contínua nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

**6.1.2. STFC** - Serviço Telefônico Fixo Comutado definido no PGO como o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destinasse à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

**6.1.3. Serviço Local** - Modalidade do STFC cujas chamadas são realizadas dentro de uma mesma área local.

**6.1.4. Serviço de Longa Distância Intra-Regional** - Modalidade do STFC cujas chamadas são originadas e terminadas em um mesmo Setor ou entre Setores de uma mesma Região definida pelo PGO.

**6.1.5. Serviço de Longa Distância Nacional (Inter-Regional)** - Modalidade do STFC cujas chamadas ocorrem entre pontos fixos determinados situados em regiões distintas no território nacional, conforme definido no PGO.

**6.1.6. Perfil de Tráfego** - Quantitativo médio mensal, em minutos, de ligações telefônicas ocorridas, em função de determinado período, horário e localidades de destino de maior ocorrência.

**6.1.7. Plano de Serviço** - Documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, serviços eventuais e suplementares, as tarifas e preços associados, valores, regras e critérios de sua aplicação, constituindo uma opção aberta a todos os usuários e interessados.

**6.1.8. Plano Básico de Serviços** - Plano de Serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os usuários do STFC registrado na ANATEL.

**6.1.9. Plano Alternativo de Serviços** - Plano opcional ao Plano Básico de Serviço, sendo de estrutura de preços definida pela Prestadora, visando a melhor adequação da prestação do serviço para o atendimento do mercado.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**6.1.10. ANS** - Acordo de Nível de Serviço. Condições mínimas de operação da infraestrutura e de atendimento a serviços executados pela contratada na instalação e na prestação de serviços na vigência contratual.

**6.1.11. SCM** - Serviço de Comunicação Multimídia na modalidade internet banda larga.

**6.1.12. PF** - Polícia Federal.

**6.1.13. NTI** - Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará - responsável técnico na Polícia Federal pela fiscalização da implantação, manutenção e operação dos serviços contratados.

**6.1.14. Falha** - É considerada falha qualquer indisponibilidade do serviço; exceção feita aos casos de reconhecida força maior e eventuais interrupções programadas dos serviços para qualquer fim, informadas ao NTI, com antecedência, de no mínimo, 72h (setenta e duas horas).

## 7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1.A tabela a seguir apresenta as Unidades da Polícia Federal no Estado Pará participantes do Pregão Eletrônico e a sua localização:

UNIDADES	CIDADE	ENDEREÇOS
SR/PF/PA	BELÉM	Av. Almirante Barroso, 4466, Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66.610-000
Caripunas	BELÉM	Rua dos Caripunas, 3554, Bairro Guamá, Belém/PA, CEP 66.063-040
SETEC	BELÉM	Passagem Pires Franco, 93, Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66.613-060
Porto Belém	BELÉM	Av. Marechal Hermes, S/N, Portão 10 CDP, Bairro Reduto, Belém/PA, CEP 66.053-999
DRE	BELÉM	Passagem Pires Franco, 147, Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66.613-060
NA/DELEFAZ	BELÉM	Passagem Pires Franco, S/N (segundo prédio), Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66.613-060
GALPÃO DELEMAPH	BELÉM	Passagem Pires Franco, S/N (quarto prédio), Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66.613-060
Aeroporto	BELÉM	Av. Júlio César, S/N, Bairro Val-de-Cans, Belém/PA, CEP 66.115-970
GEPOM	BELÉM	Rodovia Arthur Bernardes (Porto Miramar) – CPD, S/N, Bairro Val-de-Cans, Belém/PA, CEP 66.115-000
PF/MBA/PA	MARABÁ	Folha 31, Lote Especial, Quadra Especial, Bairro Nova Marabá, Marabá/PA, CEP 68.508-970
Passaporte Marabá	MARABÁ	Shopping Pátio Marabá, Folha 30, Quadra 15 – Rodovia Transamazônica (BR 230), Marabá/PA, CEP 68.507-445
PF/ATM/PA	ALTAMIRA	Rua Acesso 3, número 850 - bairro Jardim Independente I, CEP 68372-690





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

UNIDADES	CIDADE	ENDEREÇOS
PF/SNM/PA	SANTARÉM	Av. Presidente Vargas / Tv. Rubem Berta, nº 11, Conjunto Jardim Liberdade, Bairro Caranazal, Santarém/PA, CEP 68.040-310
PF/RDO/PA	REDENÇÃO	Avenida Brasil, nº 2327, Bairro Morada da Paz, Redenção/PA, CEP 68550-325
Posto de Barcarena	BARCARENA	Rod. PA 481, Cais do Porto Barcarena, Complexo Portuário Vila do conde, KM 2 e 3, Bairro Pioneiro, Barcarena/PA, CEP 68.447-000
Posto de Óbidos	ÓBIDOS	Tv. Dr. Machado, nº 93, Bairro Centro, Óbidos/PA, CEP 68.250-000
Posto de Itaituba	ITAITUBA	Av. Marechal Rondon, nº 716, Boa Esperança, Itaituba/PA, CEP 68.181-010

7.1.1. Caso haja redistribuição dos serviços contratados para outras localidades, alteração de endereço físico da unidade bem como de características técnicas das plataformas de equipamentos utilizadas, serão consideradas as informações fornecidas pelo órgão por ocasião da contratação ou, estando vigente o contrato, as alterações serão efetivadas conforme descrito neste Termo de Referência.

7.2.A tabela a seguir apresenta a quantidade estimada de linhas diretas (individuais) e internet ADSL com linha direta:

Unidade	Linhas Diretas Individuais (Grupo I)	ADSL com Linha Direta Individual (Grupo II)
SR/PF/PA	-	4
Caripunas	-	3
SETEC	1	-
Porto Belém	-	-
DRE	1	2
NA/DELEFAZ	-	1
GALPÃO DELEMAPH	-	1
Aeroporto	-	-
GEPOM	-	-
PF/MBA/PA	-	1
Passaporte Marabá	-	-
PF/ATM/PA	-	1
PF/SNM/PA	-	1
PF/RDO/PA	-	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

Posto de Barcarena	1	-
Posto de Óbidos	1	-
Posto de Itaituba	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>15</b>

7.2.1. A CONTRATADA deverá instalar as linhas diretas individuais e as ADSL nos locais (salas/setores) indicados pela CONTRATANTE.

7.3. As tabelas a seguir apresentam a quantidade estimada de minutos para cada Grupo e Itens, a ser contratada segundo a necessidade da Superintendência Regional de Polícia Federal no Pará.

<b>GRUPO 1</b>	
<b>STFC ANALÓGICO NA MODALIDADE LOCAL (LINHAS DIRETAS INDIVIDUAIS)</b>	
(Quantidade mensal de minutos estimada por destino das ligações)	
<b>ITEM 1 – FIXO-FIXO</b>	<b>ITEM 2 – FIXO-MÓVEL (VC1)</b>
200	280
<b>GRUPO 2</b>	
<b>SERVIÇO DE BANDA LARGA – ADSL COM STFC ANALÓGICO NA MODALIDADE LOCAL (LINHA DIRETA INDIVIDUAL).</b>	
(Quantidade mensal de minutos estimada por destino das ligações)	
<b>ITEM 7 – FIXO-FIXO</b>	<b>ITEM 8 – FIXO-MÓVEL (VC1)</b>
200	200

7.4. Pode ser considerado que as ligações são todas efetuadas em horário comercial, isto é, de tarifa cheia.

7.5. A estimativa de tráfego indicada neste Termo de Referência não se constitui em qualquer compromisso de consumo para a CONTRATANTE.

7.6. A Planilha de Formação de Preços deverá ser preenchida com os preços cotados, observando-se aqueles constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços aprovado pela ANATEL.

7.7. De forma a garantir a isonomia na disputa entre as operadoras, para fins dessa licitação, deve ser adotada como critério de tarifação a metodologia dada pelo art. 12 do anexo à Resolução nº. 424 da ANATEL, transcrito a seguir:

7.7.1. Unidade de tempo de tarifação: 6 (seis) segundos;

7.7.2. Tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;

7.7.3. Chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, observado o disposto no item 7.7.6;

7.7.4. No caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa;

7.7.5. No caso de chamadas encaminhadas ao correio de voz somente são faturadas as chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, contada a partir do sinal audível que acompanha a mensagem característica do correio de voz;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**7.7.6.** Chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

**7.8.** O proponente, levando em conta o perfil de tráfego informado, deverá informar os valores ofertados conforme disposto na Planilha de Formação de Preços. Os lances ofertados deverão ser pelo valor global anual do item, calculado com base na quantidade anual.

**7.9.** O proponente vencedor deverá apresentar, considerando seu Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços, os valores finais de cada item do Grupo, considerando o seu somatório de acordo com o Valor Total do Grupo. Deverá incluir, ainda, o percentual final de redução do valor em referência ao Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços.

**7.10.** O preço proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do proponente.

**7.11.** Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

## **8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

**8.1.** Os serviços contratados deverão ser ativados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, dentro do qual a CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias, tanto em sua rede quanto nas redes das Operadoras de Telefonia Pública e da CONTRATANTE, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de interceptação de chamadas.

**8.2.** A ativação dos serviços contratados deverá ser comunicada ao Fiscal de Contrato e realizada nas Unidades da PF no Estado do Pará após sua autorização e sob sua supervisão e orientação.

**8.3.** As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas Características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.

**8.4.** Acerca de alterações e/ou inclusões de endereço para instalação e/ou realocação de linhas analógicas, para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos e, para locais que não se encontrem atendidos pela CONTRATADA ou não possuam folga de infraestrutura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE e sem ônus para a mesma.

**8.5.** Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

**8.6.** A Administração se reserva o direito de realizar as diligências necessárias para comprovação das informações e documentos apresentados pela CONTRATADA, bem como para garantir a boa execução do contrato.

**8.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**8.8.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante atesto do fiscal do contrato nas respectivas notas fiscais/faturas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**8.8.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**8.9.** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **9. DA VISTORIA**

**9.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: [nti.srpa@dpf.gov.br](mailto:nti.srpa@dpf.gov.br).

**9.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

**9.3.** Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

**9.4.** A empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

**9.5.** A empresa que optar pelo disposto no item acima, aceitará tacitamente todas as condições e adversidades que possam existir para a instalação dos equipamentos e prestação dos serviços licitados nos locais descritos nos respectivos itens, sem nenhum ônus à Administração.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**10.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**10.4.** Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

**10.5.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**10.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**11.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**11.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**11.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**11.5.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

**11.6.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

**11.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

**11.8.** Atender as solicitações da Contratante no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

**11.9.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**11.10.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**11.11.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**11.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**11.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**11.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.16.** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.

**11.17.** Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**11.18.** Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos) do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 2 (duas) horas.

**11.19.** Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, excluindo a disponibilização de central de atendimento do tipo "call center".

**11.20.** Deverá ser disponibilizada uma Central de Atendimento na forma de central telefônica e sítio da internet. No caso do sítio da internet, deverá ser fornecida conexão segura, através de mecanismo de autenticação de acesso (login e senha de acesso ou similar).

**11.21.** Credenciar por escrito, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

**11.22.** Deverá ser disponibilizado contato direto (e-mail e telefone) do preposto nomeado pela CONTRATADA, de seu substituto ou de quem tenha poderes de decisão para representar a CONTRATADA, para uso da CONTRATANTE quando necessário à eficiência e agilidade da execução dos serviços a serem contratados.

**11.23.** Realizar comunicação prévia aos fiscais de contratos sobre qualquer atendimento nas dependências da Polícia Federal no Pará, inclusive nas unidades do interior, com vistas a obter autorização de ingresso nos locais através de credencial de segurança.

**11.24.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

**11.25.** Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

**11.26.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

**11.27.** Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

**11.28.** Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a CONTRATADA, independente de solicitação.

**11.29.** Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados e relatório resumido consolidado de cada serviço, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel, arquivo de texto no formato TXT, e arquivo no formato PDF, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme [www.febraban.org.br](http://www.febraban.org.br)), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, entre outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.

**11.29.1.** A versão em papel das faturas deve apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, no caso do STFC, e o detalhamento por link, no caso do SCM, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal, linha ou link deve ser feito sempre em uma nova página.

**11.29.2.** No caso do STFC, os serviços devem ser tarifados sempre por ramal individualizado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

- 11.29.3.** Os detalhamentos, impressos e em arquivo eletrônico, dos serviços constantes nos Grupos 1 e 2 deste Termo de Referência, devem conter um relatório resumido por cada item dos Grupos mencionados com os valores gastos e o total de minutos, de cada ramal ou linha.
- 11.29.4.** No caso dos SCM (Grupo 2) não será permitida a cobrança de valores sobre o tráfego de dados utilizado, mas tão somente o valor mensal dos links e acessos conforme dispuser o instrumento de contratação.
- 11.29.5.** As Notas Fiscais deverão representar um intervalo de tempo correspondente ao primeiro e último dia do mês de referência. Não serão aceitas Notas Fiscais que correspondam a períodos iniciados num mês e encerrados no mês seguinte.
- 11.30.** Disponibilizar especialista em cada modelo de Central Telefônica, se requerido pela CONTRATANTE e sem ônus para a mesma, no momento da ativação dos serviços, de forma a garantir a continuidade e o bom funcionamento dos serviços já utilizados e do objeto deste Termo de Referência.
- 11.31.** Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.
- 11.32.** Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.
- 11.33.** Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.
- 11.34.** Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.
- 11.35.** Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.
- 11.36.** Responsabilizar-se pelo ônus de quaisquer ações, demandas, custos e despesas relativas a danos gerados por dolo ou culpa sua ou de quaisquer de seus empregados, assumindo todas as responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do contrato.
- 11.37.** Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.
- 11.38.** Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 11.38.1.** A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratada ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.
- 11.39.** A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.40.** Para assegurar a disponibilidade do serviço, a CONTRATADA deverá efetuar mensalmente testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**11.41.** As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**14.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

**14.2.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**14.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

**14.4.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

**14.5.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**14.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.7.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.8.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

**14.9.** A fiscalização e controle da implantação dos serviços serão realizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência da Polícia Federal no Pará – NTI/SR/PF/PA (E-mail: nti.srpa@dpf.gov.br; Telefone: (91) 3214-8010)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**14.10.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 15.1.6.** não manter a proposta.

**15.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 15.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2.** multa moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 15.2.3.** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**15.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 15.3.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.3.2.** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.3.3.** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

**15.4.** Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

OCORRÊNCIAS	PONTOS
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências.	0,3
Cobrança por serviços não prestados.	0,3
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,3
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,3
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 20 dias úteis entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.	0,3
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 dias corridos de atraso.	0,3
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso.	0,3
Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto à CONTRATANTE em caráter definitivo ou temporário	0,3
Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação com o número chamado inferior a 70% dos casos (por evento).	0,5
Tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado, por motivo de congestionamento na rede, superior a 4% (por evento).	0,5
Prestação dos serviços abaixo dos valores mínimos de velocidade contratados, nos casos de SCM.	1,0
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE.	1,0

**15.5.** A cada registro de ocorrência será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÃO
1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Advertência
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ  
NTI/SR/PF/PA

MJ - Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/PF/PA

	dessa sanção
8 (oito) pontos	Rescisão Unilateral do Contrato

**15.6.** A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**15.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**15.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

**15.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Belém/PA, 17 de julho de 2017

**Wanderson Augusto de Souza Pereira**

**Escrivão de Polícia Federal**

**NTI/SR/PF/PA**

Aprovo o presente Termo de Referência conforme o disposto na Lei 8666/93 e art. 9º do Decreto 5450/2005.

Belém/PA, 17 de julho de 2016

**Olavo Augusto Athayde Pimentel**

**Superintendente Regional da Polícia Federal no Pará em Exercício**

**SR/PF/PA**